

AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT

ADVANCES AND CHALLENGES OF THE NATIONAL LGBT COMPREHENSIVE HEALTH POLICY

Marcos Oliveira de Novaes¹, Larissa Neiva Lira².

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)¹, Faculdade de Ciências Médicas (AFYA)²

Resumo

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) surgiu como uma tentativa de garantir o cuidado integral à saúde das pessoas de sexualidades dissidentes, as quais ainda são tratadas com desprezo e julgamentos depreciativos em instituições de saúde. Em vista disso, o presente estudo propôs-se analisar os avanços e desafios da política, a partir da literatura científica disponível de 2015 a 2024. Trata-se, portanto, de uma revisão narrativa da literatura, tendo como fonte de dados a Biblioteca Virtual em Saúde, na qual, após a aplicação dos critérios de inclusão, foram selecionados nove estudos. Os resultados demonstraram o desafio histórico para a criação e implementação de uma política de âmbito nacional voltada à saúde das pessoas LGBTs, o desconhecimento da PNSI-LGBT por parte dos profissionais e o estigma nos atendimentos em saúde, estando equivocadamente associados às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). A criação da política foi um grande avanço para a atenção e o cuidado à saúde dessa população, mas ainda é preciso incentivar as pesquisas acerca da temática, além da necessidade constante de formação continuada dos profissionais da saúde quanto ao cuidado integral às pessoas LGBTs.

Palavras-chave: Política Nacional de Saúde Integral LGBT; Direito à saúde; Equidade em saúde.

Abstract

The National Policy for Comprehensive Health Care for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, and Transgender People (PNSI-LGBT) emerged as an effort to ensure comprehensive health care for individuals with dissident sexualities, who continue to face disregard and demeaning judgments within healthcare institutions. In this context, the present study aimed to analyze the advances and challenges of the policy based on scientific literature published between 2015 and 2024. This is a narrative literature review that used the Virtual Health Library as its primary data source. After applying the inclusion criteria, nine studies were selected. The results revealed the longstanding challenges associated with the development and implementation of a national policy focused on the health of LGBT people, the lack of knowledge about the PNSI-LGBT among healthcare professionals, and the persistent stigma in health services, often wrongly associated with Sexually Transmitted Infections (STIs). The establishment of the policy represents significant progress in promoting health care and attention for this population; however, further research on the topic is needed, as well as ongoing professional training to ensure comprehensive care for LGBT individuals.

Keywords: National Policy for Comprehensive LGBT Health; Right to health; Health equity.

Introdução

O Brasil é o país que mais mata pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia¹, um LGBT foi assassinado a cada 32 horas em 2022. A LGBTfobia se configura como um grave problema social, inclusive de saúde pública. A partir dos dados acima, podemos entender a gravidade e necessidade de problematizar essas mortes. Em 2008, o Ministério da Saúde reconheceu a complexidade em promover a integralidade na atenção à saúde, a qual respeite todas as orientações sexuais e identidades de gênero, uma vez que, a população LGBT enfrenta diversas vulnerabilidades resultantes do estigma, da discriminação e da exclusão social, que comprometem seus direitos fundamentais, incluindo o acesso à saúde, à dignidade, à igualdade de tratamento, à autonomia e à liberdade para desenvolver-se plenamente².

A Constituição Federal brasileira preconiza que o direito à saúde é um bem inegociável, que

precisa ser assegurado pelo Estado, sendo um direito de todos. Este pode ser alcançado com o auxílio de políticas públicas que tenham o intuito de atenuar o risco às doenças e/ou agravos, por meio da garantia do acesso universal e equitativo, visando a promoção, a proteção e a recuperação da saúde³.

Assim, em 2011, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (PNSI-LGBT) instituída a partir da Portaria Nº 2.836, no dia 1º de dezembro de 2011⁴. A referida política é um marco histórico para essa população, garantindo dignidade às pessoas de gênero e sexualidades dissidentes que, infelizmente, ainda são tratadas com desprezo e julgamentos depreciativos por muitos setores da sociedade, até mesmo em instituições de saúde. Ela foi elaborada com o objetivo de reduzir as desigualdades e preconceitos, direcionando um atendimento equânime e integral.

Sendo assim, o surgimento da PNSI-LGBT representa o reconhecimento dos impactos da discriminação e da exclusão na saúde da população LGBT. Dessa forma, suas diretrizes e objetivos são direcionados para a transformação dos determinantes sociais da saúde, visando a diminuição das desigualdades

que afetam esse grupo⁴. Ao **promover estratégias que ampliam** o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, a política busca assegurar que essa população receba cuidados adequados às suas necessidades, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais justo.

A população LGBT é alvo de inúmeros ataques, principalmente no que se refere aos seus direitos. Esses sujeitos sofrem por não corresponderem à cisheteronormatividade imposta socialmente. Os ataques são consequência de uma estrutura social moralista e conservadora, a qual cerceia a liberdade de existir dessas pessoas, além de provocar inúmeros traumas físicos e psicológicos⁵.

A questão é estrutural e, para tanto, é necessário problematizar a PNSI-LGBT, política importante, que é desconhecida por muitos profissionais e que não é efetivada na maioria dos serviços de saúde, aumentando a violação dos direitos dessas pessoas e reforçando a LGBTfobia⁶. Portanto, é extremamente

relevante debater e problematizar a política em questão, uma vez que, a saúde é constitucionalmente entendida como um direito de todos(as) e dever do Estado. Desta forma, esse artigo teve o objetivo de analisar os avanços e desafios da PNSI-LGBT, a partir da literatura científica disponível de 2015 a 2024.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão narrativa da literatura, que tem por objetivo averiguar, descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico e contextual, a partir da interpretação e análise crítica do autor⁷.

Foram realizadas buscas on-line, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada em dezembro de 2024. Embora a BVS seja uma biblioteca virtual, os artigos foram acessados a partir das bases de dados que a integram: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE).

Aplicaram-se dois descritores, a saber: “Política Nacional de Saúde Integral LGBT” e “Saúde LGBT”, utilizando o operador booleano “AND”. Dessa forma,

utilizou-se como critério de inclusão: artigos completos que tivessem como tema central a PNSI-LGBT, país/região como assunto: Brasil, disponíveis para download e publicados nos últimos 10 anos (de 2015 a 2024). O critério de exclusão aplicado foi: textos que apareceram repetidos e foram contabilizados apenas na primeira vez que surgiram na busca.

Posteriormente, deu-se início à verificação dos títulos, resumos e palavras-chave dos textos, com o objetivo de selecionar as pesquisas que correspondiam ao objetivo da revisão. Por fim, todos os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados criticamente. As informações foram organizadas em tabela de análise, para facilitar a visualização dos trabalhos incluídos na revisão.

Resultados

Na busca inicial, foram aplicados os descritores “Política Nacional de Saúde Integral LGBT” e “Saúde LGBT” separadamente,

resultando em 306 textos, sendo “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”: 96 e “Saúde integral LGBT”: 210. Posteriormente, foram aplicados os filtros: textos completos e país/região como assunto: Brasil, publicados nos últimos dez anos (2015-2024), dos quais resultaram em 73 estudos, “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”: 30 e “Saúde Integral LGBT”: 43.

Após a aplicação dos filtros, iniciou-se a identificação dos estudos repetidos. Dos 73 textos encontrados, 20 encontravam-se repetidos e foram excluídos por esse motivo. Assim, restaram 53 documentos, dos quais foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave, a fim de identificar e selecionar aqueles que estavam de acordo com o objetivo do estudo e que integrariam a análise. Por fim, nove (9) artigos foram selecionados; “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”: 8 e “Saúde Integral LGBT”: 1.

O título, o(s) autor(es) e o ano, local de indexação, bem como a base de dados em que a publicação foi encontrada, estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1 – Título, autor(es), ano, local de indexação e base de dados dos textos selecionados

Título	Autor(es) e ano	Local de indexação	Base de dados
A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos.	(Ferreira; Nascimento, 2022)	Ciência & Saúde Coletiva	MEDLINE
A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios.	(Popadiuk ; Oliveira; Signorelli, 2017)	Ciência & Saúde Coletiva	MEDLINE
Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil.	(Guimarães <i>et al.</i> , 2020)	RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	LILA CS
Condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no espaço social da saúde no Estado da Bahia, Brasil.	(Bezerra <i>et al.</i> , 2021)	Cadernos de Saúde Pública	LILA CS
Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil.	(Silva <i>et al.</i> , 2020)	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	LILA CS
Política Nacional de Saúde Integral LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde.	(Nogueira ; Aragão, 2019)	Saúde e pesquisa	LILA CS
Implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município de Resende, Rio de Janeiro.	(Costa; Hennington, 2023)	Saúde em debate	LILA CS
Representatividade da população LGBTQIA+ nas pesquisas epidemiológicas, no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais: ampliar a produção de conhecimento no SUS para a justiça social.	(Oliveira, 2022)	Epidemiologia e Serviços de Saúde	MEDLINE
Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira.	(Domene <i>et al.</i> , 2022)	Ciência & Saúde Coletiva	MEDLINE

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir da análise dos estudos selecionados, percebeu-se que a maioria deles – cinco – tratam das condições históricas para a emergência da PNSI-LGBT e quatro apresentam o processo de implementação da referida política, assim como os desafios no atendimento à saúde da população LGBT, mediante a perspectiva de usuários e profissionais de saúde. Assim, a discussão crítica dos resultados será apresentada a seguir em duas subseções, são elas: “Emergência de uma política de saúde LGBT” e “Implementação da PNSI-LGBT: desafios no atendimento à saúde da população LGBT”.

Discussão

Emergência de uma política de saúde LGBT

A PNSI-LGBT é uma política relativamente recente e o desconhecimento acerca de sua existência não é algo incomum. Compreender o processo histórico pelo qual se concretizou o surgimento de uma política voltada para a população LGBT é de extrema relevância para entendermos os desafios existentes para a promoção do cuidado integral à saúde dessas pessoas.

Para isso, é importante traçar uma linha do tempo para apresentar o caminho que culminou na criação da PNSI-LGBT, tomando como ponto de partida a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ora, problematiza-se o surgimento de políticas de saúde para a população LGBT após a epidemia do HIV/Aids, a qual chegou ao Brasil na década de 80 do século passado. A partir de então, foi pensada uma política sexual, uma tentativa de regular a sexualidade, e, evidentemente, a homossexualidade. A preocupação inicial não era em relação à saúde de uma população estigmatizada e marginalizada, como os LGBTs, mas a angústia se deu em controlar a “peste gay”, como o HIV/Aids ficou conhecido, categorizado como uma patologia proveniente de um estilo de vida devasso e, até mesmo, como um castigo de Deus aos homossexuais⁸.

Um dos estudos selecionados buscou compreender as condições históricas para a emergência da PNSI-LGBT no espaço social da saúde no estado da Bahia. Foram realizadas 15 entrevistas com seis

gestores e nove ativistas LGBT. A pesquisa constatou a ascensão de militantes para espaços burocráticos, um processo contínuo de ações voltadas para o cuidado da população LGBT e uma fracassada criação da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia quanto à efetiva implementação da PNSI-LGBT. A investigação chama atenção para o lugar de fala dos gestores, que muitas das vezes parte de um *locus* social de privilégio, o qual se diferencia dos militantes, que, cada vez mais, vêm assumindo lugares de poder e potencializando a construção de uma agenda voltada para a saúde da população LGBT, imprimindo rupturas na cisheteronormatividade presente no âmbito da saúde⁹.

Outra pesquisa analisou os avanços e desafios da PNSI-LGBT e o processo transexualizador realizado pelo SUS, o qual visa garantir um atendimento integral à saúde das pessoas trans, perpassando pelo acolhimento, direito ao uso do nome social, hormonioterapia e cirurgia de redesignação sexual. Os autores constataram avanços a partir da implementação do SUS no que se refere ao cuidado à saúde da população LGBT. Os pesquisadores empregaram uma maior atenção às pessoas trans, demonstrando, a partir de dados nacionais, a quantidade de intervenções hospitalares voltadas para o processo transexualizador do SUS, no

período de janeiro de 2008 a maio de 2016, que totalizaram 320 procedimentos. Contudo, o estudo aponta para a necessidade de enfrentamento das tentativas de retrocesso, no que diz respeito ao direito à saúde integral das pessoas LGBT, impulsionada pela ideologia conservadora, presente tanto no Executivo quanto no Legislativo, e da ampliação da concepção de saúde, passando a ser uma visão holística e não patologizante¹⁰.

A crítica feita pela publicação anterior é acompanhada pelo posicionamento do autor de outro artigo selecionado, ao afirmar que o debate acerca do cuidado integral à saúde LGBT precisa ser ampliado, avançando com a temática em pesquisas epidemiológicas, nos sistemas de informações, nos planos de saúde, nos protocolos, na divulgação de documentos técnicos e nas ações em saúde. Alerta-se para a “infodemia”, ou seja, as informações falsas, conhecidas como fake news que potencializam o estigma patologizante das pessoas LGBT¹¹.

Na revisão de escopo sobre a produção científica brasileira em saúde pública relativa à população LGBT, a qual reuniu 381 artigos, publicados de setembro de 1985 a fevereiro de 2022, percebeu-se um crescimento da produção científica de autores(as) brasileiros(as) poucos anos após a criação da PNSI-LGBT, fator que pode ser explicado pela maior visibilidade e necessidade de atualização profissional no que concerne à saúde integral LGBT. Notou-se, também, que a maioria dos estudos analisou infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), o que reforça o estigma negativo quanto aos relacionamentos entre pessoas LGBT¹².

Dessa forma, compreendemos que o processo histórico até a criação da PNSI-LGBT inicialmente esteve ligado à necessidade de conter a “peste gay” e não uma preocupação com a saúde dessa população. Entretanto, após a criação do SUS, percebemos realmente uma atenção maior voltada para essas pessoas, que sempre foram marginalizadas. Assim, em 2011 surgiu a PNSI-LGBT, mas os desafios não pararam por aí. Como vimos, a inserção de militantes LGBT em espaços decisórios fizeram toda diferença, porém, o conservadorismo ainda é um grande empecilho para que a política seja realmente implementada.

Implementação da PNSI-LGBT: desafios no atendimento à saúde da população LGBT

O processo de efetivação da PNSI-LGBT esbarra em alguns entraves. Mesmo após 13 anos do seu lançamento, não notamos uma concreta execução da mesma em todo o país. A seguir veremos as tentativas de implementação da referida política em três estados brasileiros e os desafios no atendimento à saúde da população LGBT.

Uma das pesquisas buscou avaliar o papel de enfermeiros (as) da Estratégia Saúde da Família (ESF) na implementação da PNSI-LGBT em um município do Espírito Santo. Para composição do estudo, 10 enfermeiros (as) foram selecionados. Percebeu-se a presença da estigmatização do público LGBT em relação às ISTs, no qual três enfermeiros afirmaram que, durante as suas formações, as temáticas relacionadas à saúde LGBT vinham associadas à questão patológica das ISTs¹³.

Quando questionados acerca do conhecimento a respeito da PNSI-LGBT, sete dos 10 entrevistados(as) responderam que sabiam muito pouco e alguns afirmaram nunca ter lido a política em questão. Assim, o estigma referente ao público LGBT e a falta de conhecimento sobre a PNSI-LGBT resultam em um atendimento precário e desumanizado, uma vez que, o cuidado integral à saúde desses sujeitos não é assegurado, sobretudo na Atenção Primária à Saúde, que é a porta de entrada do sistema de saúde¹³.

Outra pesquisa teve por objetivo investigar a implementação da PNSI-LGBT no Paraná, a partir de quatro grupos focais, com 48 participantes (representantes de movimentos sociais LGBT, gestores e profissionais da saúde do SUS e da rede intersetorial). O estudo constatou desigualdade no acesso aos serviços de saúde por parte da população LGBT, proporcionado pelo preconceito, como evidenciado pela fala de um(a) participante: “pelos meus valores, condeno uma população que é diferente de mim, independentemente do seu segmento populacional. Se eu tenho julgamentos morais que uma mulher não pode ter relação sexual com outra mulher, eu não te tratarei bem”. Contatou-se também que a discriminação contra travestis e transexuais é um problema constante,

assim como a recusa quanto ao registro do nome social por parte dos profissionais e a falta de notificações de violência contra pessoas LGBT, o que contribui para a subnotificação. Foram identificadas fragilidades na formação profissional voltada à saúde dessa população, como identificado no relato de um(a) entrevistado(a) ao dizer que: “eu mesmo conheço pouco da política”, se referindo à PNSI-LGBT¹⁴.

O trabalho de Costa e Hennington¹⁵, analisou o processo de implementação e os conflitos éticos relacionados à Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município de Resende, Rio de Janeiro, com a participação da equipe gestora do programa de saúde mental municipal. Os resultados revelaram a complexidade quanto a efetiva implementação da PNSI-LGBT, evidenciando também diminuto conhecimento acerca da política por parte dos gestores. Também ficou claro que a rede não está pronta para atender completamente essa população, tanto pela falta de ações bem estruturadas quanto pela falta de

formação contínua. Ademais, o estudo apontou que o estigma, o preconceito e a falta de preparo dos serviços criam barreiras de acesso, o que prejudica a eficácia da política. O estudo conclui que, apesar de haver uma diretriz nacional, sua aplicação em Resende é inicial e enfrenta obstáculos que impedem a garantia de uma atenção integral e justa às pessoas LGBT.

A falta de conhecimento acerca da referida política, tanto por parte dos profissionais da saúde quanto pelos usuários foi problematizado em um estudo etnográfico, realizado com seis profissionais (dois enfermeiros, uma técnica em enfermagem, uma assistente social e duas recepcionistas) do Pronto-Socorro do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde (HEDA) da cidade de Parnaíba-Piauí e quatro usuárias do SUS que se identificavam como transexuais e travestis¹⁶.

As usuárias relataram ter sofrido preconceitos nas unidades de saúde, tais como: tratamento divergente da sua identidade de gênero e associação às ISTs. Constatou-se também, um afastamento entre os profissionais e as usuárias, ficando evidente nos discursos a dicotomia nós/elas. Além disso, observou-se que os profissionais não ofereciam um serviço diferenciado a essa população,

afirmando tratar a todos (as) da mesma forma, o que está em desacordo com a política que prevê um atendimento integral e equânime¹⁶.

Conclusão

Ao analisar os estudos selecionados para o desenvolvimento desta pesquisa, percebeu-se o quanto ainda precisa ser feito em relação à efetiva implementação da PNSI-LGBT. Após 13 anos de sua instituição, colocá-la em prática ainda é um desafio. A problemática perpassa por diversas questões, as quais aqui foram debatidas e analisadas para melhor compreender quais são os avanços e desafios apresentados até então.

O principal avanço diz respeito à própria criação da política, sendo um marco importante para a população LGBT, visando garantir a universalidade, equidade e integralidade nos serviços e ações de saúde destinados a esse público. Outro fator positivo é a participação, cada vez mais

constante, de ativistas LGBTs, os quais começam a ocupar lugares de poder, dando maior visibilidade e representatividade a essa população.

A partir desta revisão, foi possível constatar que há muito a ser feito, a começar pelo incentivo a pesquisas que debatam a presente política, pois o tema ainda é pouco explorado pela literatura científica. Outro desafio está na ignorância quanto à PNSI-LGBT. Os (as) profissionais dos estudos analisados demonstraram pouco ou nenhum conhecimento acerca da política, o que leva a um atendimento precário, sendo desconsiderado o cuidado à saúde de maneira integral e equânime como previsto. Ademais, o conservadorismo é outro obstáculo para a implementação da política, uma vez que, a população LGBT é discriminada por muitos fundamentalistas religiosos, os quais ocupam lugares de poder e detêm grande visibilidade, como pastores e parlamentares.

Um problema encontrado em praticamente todos os textos analisados é o estigma compartilhado por alguns profissionais da saúde, referente à patologização das pessoas LGBT, associando-as diretamente às ISTs, ideia presente desde a epidemia da HIV/Aids, na década de 80, e que persiste até hoje.

Destarte, é preciso potencializar os estudos referentes à saúde da população LGBT e incentivar a formação continuada de profissionais da saúde quanto à PNSI-LGBT, principalmente no que se refere aos (às) gestores (as) em saúde, para que possamos superar os estigmas e preconceitos outorgados a essas pessoas. Espera-se que novas pesquisas sejam realizadas com o intuito de (re)avaliar e potencializar a visibilidade da PNSI-LGBT, aspirando garantir o direito à saúde integral dessa população.

Referências

1. Grupo Gay da Bahia – GGB. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2022: Relatório do Grupo Gay da Bahia [Internet]. 2022 [citado 2024 dez 18]. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Painel de Indicadores do SUS Nº 5 – Prevenção de Violências e Cultura de Paz [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2008 [citado 2024 dez 18]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_n5_p1.pdf.
3. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil [Internet]. Brasília, DF: Centro Gráfico; 1988 [citado 2024 dez 19]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2013 [citado 2024 dez 19]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.
5. Novaes MO de. “Cura gay”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. *Rev Periódicus*. 2021;2:113–25.
6. Gouvêa LF, Souza LL de. Saúde e população LGBTQIA+: desafios e perspectivas da Política Nacional de

Saúde Integral LGBT. Rev Periódicus 2021;3(16):23–42.

7. Rother ET. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paul Enferm 2007;20:v–vi.

8. Ferreira B de O, Nascimento M. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. Ciênc Saúde Colet 2022;27:3825–3834.

9. Bezerra MV da R, Magno L, Prado NM de BL, Santos AM dos. Condições históricas para a emergência da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no espaço social da saúde no Estado da Bahia, Brasil. Cad Saúde Púb 2021 ;37:e00221420.

10. Popadiuk GS, Oliveira DC, Signorelli MC. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. Ciênc Saúde Colet. 2017;22:1509–1520.

11. Oliveira DC. Representatividade da população LGBTQIA+ nas pesquisas epidemiológicas, no contexto da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: ampliar a produção de conhecimento no SUS para a justiça social. Epidemiol Serv Saúde 2022 ; 31:e2022020.

12. Domene FM, et al. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. Ciênc Saúde Colet. 2022;27:3835–3848.

13. Guimarães NP, Sotero RL, Cola JP, Antonio S, Galavote HS. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à região da população LGBT em um município do Sudeste do Brasil. RECIIS - Rev Eletrôn Comun Inf Inov Saúde 2020;14:372–385.

14. Silva AC A da, Alcântara AM, Oliveira DC de, Signorelli MC. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. Interface (Botucatu) 2020;24:e190568.

15. Costa LF da, Hennington, ÉA. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município de Resende, Rio de Janeiro. Rev Saúde Debat 2023; 47: e9136.

16. Nogueira FJ de S, Aragão TA P. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde. Saúde Pesq 2019;12:463–470.

Endereço para Correspondência

Nome: Marcos Oliveira de Novaes

E-mail: marcosoliveiradenovais@hotmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Endereço: Av. José Moreira Sobrinho, s/n.

Jequiezinho. Jequié/BA.

CEP: 45.206-190

Recebido em: 04/03/2025

Aprovado em: 16/11/2025

Publicado em: 22/12/2025